

STJ00099170

Ligia Paula Pires Pinto Sica



DIREITO EMPRESARIAL ATUAL



© 2014, Elsevier Editora Ltda.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração Eletrônica: Mojo Design

Elsevier Editora Ltda.

Conhecimento sem Fronteiras
Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar
20050-006 – Rio de Janeiro – RJ

Rua Quintana, 753 – 8º andar
04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP

Serviço de Atendimento ao Cliente
0800 026 53 40
atendimento1@elsevier.com

ISBN: 978-85-352-7729-6
ISBN (versão digital): 978-85-352-7730-2
Data de fechamento da edição: 25.02.2014

Nota: Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação à nossa Central de Atendimento, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.

Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S567d

Sica, Ligia Paula Pires Pinto
Direito empresarial atual: empresa em crise e recuperação extrajudicial de empresas / Ligia Paula Pires Pinto Sica. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2014.
24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-352-7729-6

1. Direito empresarial - Brasil. 2. Sociedades comerciais - Brasil. 3. Títulos de crédito - Brasil. 4. Falência. 5. Sociedades comerciais - Recuperação - Brasil.
I. Título.

CDU: 347.7(81)

13-07060	
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
13-07060	03/03/15

Sumário

Nota da Autora	XVII
Parte I – INTRODUÇÃO	
1. JUSTIFICATIVA	1
2. Hipótese e delimitação de abrangência	5
3. Metodologia e premissas	7
4. Apresentação do trabalho	11
Parte II – RETRATO DO DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
1. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO CONCURSAL	15
1.1. Breves notas de Direito Romano	15
1.2. Breves notas de Direito Medieval	18
1.3. Desenvolvimento do Direito Concursal no Brasil	19
1.3.1. Introdução	19
1.3.2. A moratória do Código Comercial: origem da ideia de recuperação ...	20
1.3.3. O “acordo extrajudicial” de 1890	29
1.3.4. A Lei 2.024/1908: a caneta de Carvalho de Mendonça e a mudança do sistema	31
1.3.5. O regime da concordata de 1945	34
1.3.6. Algumas peculiaridades sobre recuperação de empresas antes da lei em vigor: o instituto da concordata	37
1.3.6.1. A “concordata branca”	39
1.4. O delineamento da recuperação extrajudicial no Projeto de Lei 4.376-B/1993 (da Câmara) e o <i>going concern value</i>	41
1.5. A Lei 11.101/2005 e a inserção da recuperação extrajudicial no ordenamento	48

Parte III – RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

1. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO	55
1.1. Recuperação extrajudicial de empresas em crise, “meios de reorganização” de empresas e “meios preventivos extrajudiciais”	55
1.2. Instituto da recuperação extrajudicial na Lei 11.101/2005	58
1.2.1. Recuperação extrajudicial não homologada na Lei 11.101/2005	60
1.2.1.1. Natureza jurídica da recuperação extrajudicial não homologada	62
1.2.2. Recuperação extrajudicial homologada na Lei 11.101/2005	71
1.2.2.1. Procedimento de recuperação extrajudicial homologada oponível a todos os credores	72
1.2.2.2. <i>Par condicio creditorum?</i>	81
1.2.2.3. Natureza jurídica do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial	88
1.2.2.4. Natureza jurídica da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial	90
1.2.2.5. Paralelo entre a imposição do plano a dissidentes e o parcelamento compulsório do CPC	96
1.2.2.6. Arapuã e Evadin: ilustração da importância da recuperação extrajudicial impositiva	98
1.3. Principais semelhanças e diferenças entre a recuperação extrajudicial homologada e a recuperação judicial	102
1.4. Recuperação extrajudicial na Lei 11.101/2005 e suas supostas limitações	110
1.4.1. Iniciativa para proposição de plano de recuperação extrajudicial	111
1.4.2. Natureza de créditos e possibilidade de repactuação	114
1.4.3. Aplicação prática do instituto e a compreensão de sua extensão	115
1.4.4. “ <i>Order for relief</i> ” e “ <i>Automatic stay</i> ”	119
1.4.5. Grau de risco jurídico da recuperação extrajudicial e o art. 131 da LRE	121
1.5. Casos de recuperação extrajudicial	125
1.5.1. Caso da 1ª Vara de Falências e Recuperações	129
1.5.2. Casos da 2ª Vara de Falências e Recuperações	132
2. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL NO DIREITO ESTRANGEIRO	143
2.1. Introdução	143
2.2. Direito norte-americano	144
2.3. Direito espanhol	152
2.3.1. Últimas alterações legislativas	152
2.3.2. Lei nº 22/2009 e o “ <i>convenio</i> ”	154
2.3.3. Real Decreto-Ley 3/2009	161

2.4. Direito francês	162
2.5. Direito português	170
2.6. Direito italiano	174
2.7. Direito argentino	179
3. CLASSIFICAÇÃO CONCURSAL DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	185
3.1. Introdução	185
3.2. Procedimentos parafalimentares	186
3.3. Procedimentos pré-concursais	191
3.4. Procedimentos pré-falimentares	192
 Parte IV – PARÂMETROS INTERPRETATIVOS	
1. EMPRESA, CRISE E RECUPERAÇÃO	197
1.1. Adoção da teoria da empresa pela Lei 11.101/2005: o primado da preservação da empresa viável	197
1.2. Definição de “crise” e o valor social e econômico de sua superação	200
1.3. Causas e remédios	205
1.4. “Plano”, “justificativa” e viabilidade da empresa em crise na LRE	210
2. PAPEL DOS TRIBUNAIS NO DELINEAMENTO DOS PARÂMETROS INTERPRETATIVOS	219
2.1. Recuperação <i>extrajudicial</i> e parâmetros obtidos por <i>decisões judiciais</i> ?	219
2.2. Interpretação de lei nova e a jurisprudência consolidada	225
2.3. A jurisprudência que se antecipou à nova legislação	228
2.3.1. Considerações gerais	228
2.4. Justiça, desjudicialização e a recuperação extrajudicial	233
 Parte V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	
1. BREVES CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS PARA REFORMA DE LEGISLAÇÃO DE 2005	241
1.1. O Enunciado 57	241
1.2. Acerto do Projeto de Osvaldo Biolchi	242
1.3. Homologação desnecessária e <i>automatic stay</i>	242
1.4. Responsabilidade sobre sucessão tributária	243
2. CONCLUSÕES	245
REFERÊNCIAS	249